

Pensamento Sustentável no Descomissionamento de Ativos *Offshore* de Óleo e Gás

Por: Laurelena Palhano

O descomissionamento de ativos offshore na indústria do petróleo e gás compõe o ciclo de vida de um campo de produção com uma complexidade que vem desafiando empresas e governos, demandando quebras de paradigmas como a cooperação entre concorrentes e a atuação colaborativa entre fiscalizados e fiscalizadores. Tradicionalmente compreendido como um processo técnico de remoção e descarte de estruturas, o descomissionamento pode ser assumido como uma fase de oportunidades para implementar práticas sustentáveis que considerem não apenas critérios econômicos, mas também ambientais e sociais. É nesse contexto que se insere o pensamento sustentável: do descarte ao reaproveitamento, da lógica linear à circularidade, da responsabilidade isolada à governança colaborativa.

Referências como o do Relatório Brundtland (1987), em cujo corpo se encontra a proposta de que a sustentabilidade é a capacidade de suprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras;

e de John Elkington, com a proposta do *Triple Bottom Line*, que estabeleceu três pilares essenciais para este processo: ambiental, social e econômico (Elkington, 1997), são clássicos básicos para a reflexão que se propõe neste artigo. Para incorporar estes propósitos no descomissionamento devem ser considerados também os princípios do pensamento sistêmico e da teoria da complexidade, de autores como Von Bertalanffy (1968) e Edgar Morin (2005), que defendem uma visão integrada dos sistemas, superando a fragmentação típica do raciocínio técnico. Nessa lógica, torna-se imperativo que o descomissionamento considere os impactos em múltiplas escalas, interações entre atores diversos e os efeitos cumulativos ao longo do tempo.

A prática do pensamento sustentável no descomissionamento implica adoção da avaliação dos impactos ao longo do ciclo de vida (Life Cycle Thinking – LCT), o que significa planejar desde a concepção dos ativos até sua retirada, reuso ou descarte (UNEP, 2017; Invernizzi et al., 2020).

A Economia Circular, nesse contexto, deve ser apontada como estratégia-chave: estruturas que antes seriam descartadas podem ser reutilizadas, recicladas ou transformadas em novas oportunidades como, por exemplo, o reaproveitamento de plataformas para diferentes usos como base para energia eólica *offshore*, planta de geração de energia solar, base para observação da vida marinha, entre outras (Capobianco et al., 2022; Basile & Vona, 2021). Esse entendimento pôde ser observado inclusive na fala de munícipes de comunidades tradicionais, como pescadores da região de Macau (RN)¹, cuja sabedoria local apontou alternativas sustentáveis com base no conhecimento empírico que coincidem com o conhecimento acadêmico.

Além disso, o descomissionamento sustentável é uma etapa que também exige cuidado com o contexto socioambiental de cada localidade. Lâminas d'água rasas, proximidade de comunidades costeiras e particularidades socioeconômicas regionais alteram substancialmente os impactos e, portanto, as soluções (Martins et al., 2020; Rossi, Capobianco et al., 2022). Nesse cenário, destaca-se a importância do diálogo com os *stakeholders*, não apenas como exigência legal em alguns casos, mas como fundamento ético e prático. As consultas públicas tradicionalmente realizadas precisam evoluir para processos reais de escuta, aprendizado e cocriação, em um processo que contemple a consulta informada.

Empresas como a ENI e a Petrobras já incorporaram essas diretrizes em seus relatórios de sustentabilidade, reconhecendo o descomissionamento como parte integrante do ciclo empresarial (Petrobras, 2022; ENI, 2021). Ato contínuo destas manifestações deve ser o planejamento desde a aquisição do campo até o pós-descomissionamento, com vistas à redução de custos, aumento eficiência e fortalecimento da reputação institucional. A adoção dessas práticas também responde a demandas globais, como a Agenda 2030 da ONU.

No Brasil, os desafios ainda são inúmeros na agenda do descomissionamento sustentável. A governança institucional ainda carece de integração entre órgãos reguladores (TCU, 2021), a infraestrutura para reciclagem e reaproveitamento é limitada e a formação de profissionais especializados precisa ser ampliada. Por outro lado, surgem oportunidades: novas tecnologias (como robótica para desmantelamento e sensores ambientais), crescimento da indústria de reciclagem, geração de empregos locais, reaproveitamento de estruturas para novos propósitos e maior aceitação pública de soluções de baixo carbono (Basile, Capobianco & Vona, 2021).

O pensamento sustentável no descomissionamento é, antes de tudo, uma ética do cuidado. É pensar para quem se faz sustentabilidade: não para rótulos ou marcas, mas para as pessoas e para a vida com o que os públicos que afetam ou são afetados julguem como apropriado.

Trata-se de um convite à cooperação, à interdisciplinaridade e ao planejamento de longo prazo. É preciso dialogar, ouvir, refletir e decidir com base em evidências, respeitando os limites dos ecossistemas e os direitos das futuras gerações.

A sustentabilidade, nesse campo, não é um adorno: é o próprio caminho a ser trilhado.

Referências:

- Basile, V.; Vona, R. (2021). Sustainable and Circular Business Model for Oil & Gas Offshore Platform Decommissioning. *International Journal of Business and Management*, 16(10), 1-20.
- Capobianco, N.; Basile, V.; Loia, F.; Vona, R. (2022). End-of-life management of oil and gas offshore platforms: challenges and opportunities for sustainable decommissioning. *Sinergie Italian Journal of Management*, 40(2), 299-326.
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Capstone.
- ENI (2021). Eni Rewind for 2021. Disponível em: <https://www.eni.com/assets/documents/rewind/Eni%20Rewind%20For%202021%20ENIG-170123.pdf>
- Invernizzi, D. C. et al. (2020). Developing policies for the end-of-life of energy infrastructure: Coming to terms with the challenges of decommissioning. *Energy Policy*, 144, 111677.
- Martins, I. D. et al. (2020). A review of multicriteria decision analysis applied to oil and gas decommissioning problems. *Ocean and Coastal Management*, 184, 105000.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao Pensamento Complexo*. 5ª ed. Sulina.
- Petrobras (2022). *Relatório de Sustentabilidade*.
- Rossi, N.; Capobianco, N.; Basile, V.; Loia, F.; Vona, R. (2022). End-of-life management of oil and gas offshore platforms: challenges and opportunities for sustainable decommissioning. *Sinergie Italian Journal of Management*, 40(2), 299-326.
- TCU (2021). *Descomissionamento de instalações de petróleo e gás natural offshore*. Tribunal de Contas da União (TCU). Brasil; Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. - Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo).
- UNEP (2017). *Life Cycle Initiative - Life Cycle Thinking*. United Nations Environment Programme.
- Von Bertalanffy, L. (1968). *General System Theory: Foundations, Development, Applications*. George Braziller.